

CERTIFICAÇÃO DE FOTOCÓPIA

Certifico, ao abrigo do disposto número três do artigo primeiro do Decreto-Lei n.º 28/2000, de 13 de Março, que o presente documento, em fotocópia, composto por oito folhas, por mim numeradas, rubricadas e carimbadas, está conforme o original, o qual me foi exibido para efeitos de conferência e que constitui um CONTRATO DE OPÇÃO.

Lisboa, 4 de Julho de 2006.

A Advogada



Número de Registo: 4026

Não sujeito a Imposto do Selo

RITA FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADA - Cédula 17294
C. N.º 216 543 355 - 8.º B. F. Alga / Odivelas - 1522
Av.ª Fontes Pereira de Melo, 14 - 15.º
Tel.: 21 864 00 00 - 1050-121 LISBOA

Avenida Fontes Pereira de Melo, 14-15º
1050-121 Lisboa, Portugal

Telefone (351) 21 864 00 00
Telefax (351) 21 864 00 01

7
Melo

Data 4 de Julho de 2006

**GABINETE DE ESTUDOS E DE PLANEAMENTO DE INSTALAÇÕES DO
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
E
SIRESP – GESTÃO DE REDES DIGITAIS DE SEGURANÇA
E EMERGÊNCIA S.A.**

**CONTRATO DE OPÇÃO
SIRESP**

Linklaters

Avenida Fontes Pereira de Melo, 14-15ª
1050-121 Lisboa, Portugal

Telefone (351) 21 864 00 00
Telefax (351) 21 864 00 01

Ref

²
mlh

ÍNDICE

1	Definições e Interpretação.....	2
2	Opção de Compra	3
3	Contrato para Pessoa a Nomear.....	3
4	Condição Suspensiva.....	4
5	Notificação da Opção	4
6	Preço da Opção.....	4
7	Pagamento do Preço.....	4
8	Entrega da Coisa	5
9	Caducidade	5
10	Lei aplicável e Foro	5

3
Nik

CONTRATO DE OPÇÃO

Entre:

- (1) **GABINETE DE ESTUDOS E DE PLANEAMENTO DE INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**, sito na Rua Martens Ferrão n.º 11, Lisboa, Pessoa Colectiva n.º 600026442, Decreto Regulamentar n.º 68/87, de 31.12.1987 (I Série), neste acto representado por Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, na qualidade de Director, doravante abreviadamente designado como "**Entidade Gestora**";

e

- (2) **SIRESP – GESTÃO DE REDES DIGITAIS DE SEGURANÇA E EMERGÊNCIA S.A.**, com sede social na Avenida da República, n.º 53, freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho de Lisboa, com o capital social de € 50.000,00, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 15225, pessoa colectiva n.º 506 804 917, neste acto representada por Pedro Rafael Bonifácio Vitor na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Manuel de Andrade Lopo de Carvalho, na qualidade de Administrador, doravante abreviadamente designada como "**Operadora**"

E CONSIDERANDO QUE:

- (A) Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2006, de 18 de Maio, a Entidade Gestora e a Operadora celebraram um Contrato de Gestão, relativo à concepção, projecto, fornecimento, montagem, construção, gestão e manutenção do SIRESP (o "**Contrato de Gestão**");
- (B) Nos termos do referido Contrato de Gestão, as Partes acordaram que a Entidade Gestora tem uma opção de compra sobre os activos e obrigações que compõem o Estabelecimento,

É celebrado o **Contrato de Opção** constante das Cláusulas seguintes:

1 Definições e Interpretação

- 1.1 Salvo se de outro modo for estipulado no presente Contrato de Opção, as palavras e expressões iniciados por letra maiúscula nele utilizados têm o significado que lhes é atribuído no Contrato de Gestão, celebrado entre a Operadora e a Entidade Gestora.
- 1.2 Excepto se do texto resultar o contrário, qualquer referência a uma Cláusula, Número ou Anexo entende-se como efectuada a uma Cláusula, Número ou Anexo deste Contrato de Opção.
- 1.3 Excepto se do Contrato de Opção resultar o contrário, os termos e expressões definidos (i) no Contrato de Gestão, (ii) ao longo do texto do Contrato de Opção, no

4
Mika

singular ou no plural poderão ser utilizados, respectivamente, no plural ou no singular, com a correspondente alteração do seu significado.

- 1.4 As epígrafes das Cláusulas, dos respectivos números e alíneas e dos anexos foram incluídas por razões de mera conveniência, não devendo ser consideradas na interpretação e integração do presente Contrato de Opção, excepto quando utilizadas em remissões, caso em que, em situação de contradição relativamente ao número da Cláusula ou do anexo remetido, prevalecerá sempre a respectiva epígrafe.
- 1.5 Caso alguma das Cláusulas do presente Contrato venha a ser julgada nula ou por qualquer forma inválida, por uma entidade competente para o efeito, tal nulidade ou invalidade não afectará a validade das restantes Cláusulas do contrato, comprometendo-se as partes a acordar, de boa-fé, uma disposição que substitua a Cláusula inválida e que, tanto quanto possível, produza os mesmos efeitos.

2 Opção de Compra

- 2.1 Pelo presente Contrato de Opção, a Operadora apresenta à Entidade Gestora uma proposta irrevogável de venda do Estabelecimento, livre de quaisquer ónus, encargos e outras responsabilidades, seja de que natureza forem, com excepção das garantias constituídas ou prometidas constituir nos termos dos Contratos de Financiamento, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 2.2 No caso de exercício da Opção na sequência de rescisão do Contrato de Gestão nos termos da sua Cláusula 20.3 ou de denúncia do mesmo nos termos da sua Cláusula 21.4 os activos que integram o Estabelecimento deverão encontrar-se livres de todos os ónus e encargos, salvo no que respeita às garantias constituídas ou prometidas constituir em favor dos Bancos, nos termos dos Contratos de Financiamento, as quais serão libertadas nos termos da Cláusula 6ª do Acordo Directo das Entidades Financiadoras com a Entidade Gestora.
- 2.3 A lista dos activos e obrigações que integram o Estabelecimento consta do Anexo I ao presente Contrato de Opção, que é parte integrante do mesmo, obrigando-se a Operadora a mantê-la actualizada e a enviar todas as alterações da mesma à Entidade Gestora.
- 2.4 Nos termos do presente contrato e do disposto no artigo 230º do Código Civil, a proposta de venda do Estabelecimento é irrevogável e mantém-se válida e eficaz até 60 (sessenta) dias após o Termo do Contrato de Gestão.

3 Contrato para Pessoa a Nomear

A Operadora aceita, definitiva e irrevogavelmente, que a Entidade Gestora poderá nomear, conjuntamente, na notificação de exercício da opção, uma qualquer sociedade, cujas participações sociais sejam directa ou indirectamente detidas maioritariamente pelo Estado, para adquirir os seus direitos e assumir as suas obrigações decorrentes deste Contrato de Opção, mantendo-se a Entidade Gestora solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações a assumir por essa sociedade perante a Operadora, incluindo o pagamento do preço da Opção.

*5-
Ink*

4 Condição Suspensiva

A opção só poderá ser exercida em caso de extinção, por qualquer motivo, do Contrato de Gestão.

5 Notificação da Opção

- 5.1 A opção será efectuada mediante o envio de uma notificação de exercício da opção à Operadora, por carta registada com aviso de recepção, para a morada indicada no Contrato de Gestão ou outra que, entretanto, tenha sido comunicada, nos termos da Cláusula 52.3 do referido Contrato.
- 5.2 Na notificação de exercício da opção, a Entidade Gestora aceita a proposta de venda do Estabelecimento, consumando a celebração do contrato.
- 5.3 A notificação de exercício da opção implica a transmissão automática e definitiva do Estabelecimento para a Entidade Gestora e não se encontra condicionada ou de alguma forma dependente de qualquer comunicação ou confirmação, escrita ou oral, por parte da Operadora, salvo no que respeita a contratos que não constituam anexos ao Contrato de Gestão e não sejam materiais e relativamente aos quais a Operadora não tenha obtido autorização das contrapartes para a respectiva transmissão.

6 Preço da Opção

O preço do objecto da opção corresponde ao Valor do Negócio à data do exercício da opção, tal como definido no Contrato de Gestão.

7 Pagamento do Preço

- 7.1 Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o Valor do Negócio será integralmente pago pela Entidade Gestora no prazo de 10 dias a contar da data de notificação da Opção, ou em caso de falta de acordo entre as partes quanto ao montante correspondente ao Valor do Negócio, no prazo de 10 dias a contar da respectiva decisão arbitral.
- 7.2 Quando tenha ocorrido o Termo do Contrato de Gestão por incumprimento da Operadora, o preço do objecto da Opção só será pago quando se encontrarem apurados os montantes da indemnização devida pela Operadora, nos termos previstos na Cláusula 20.2 do Contrato de Gestão, com a qual poderá operar-se a compensação, ficando o montante do Valor do Negócio, até esse momento, a constituir caução a favor da Entidade Gestora do pagamento da indemnização.
- 7.3 Em caso de rescisão do Contrato de Gestão pela Operadora, nos termos da Cláusula 20.3 do Contrato de Gestão, ou de denúncia do Contrato de Gestão por motivo de interesse público, nos termos da Cláusula 21.2 do Contrato de Gestão, a obrigação de pagamento do preço do objecto da Opção considerar-se-á cumprida pelo pagamento do valor da indemnização prevista nas Cláusulas 20.3 e 21.4 do Contrato de Gestão, e pela assunção por parte da Entidade Gestora das posições contratuais da Operadora nos Contratos de Financiamento.

8 Entrega da Coisa

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.3 e das garantias constituídas ou prometidas constituir nos termos dos Contratos de Financiamento, a notificação de exercício da opção determina o dever da Operadora de colocar todos os Activos que compõem o Estabelecimento na total e livre disponibilidade da Entidade Gestora, no prazo que lhe seja fixado na notificação, o qual nunca poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

9 Caducidade

Caso a Opção não tenha sido exercida, nos termos e condições aqui previstos, o presente Contrato de Opção caduca e deixa de produzir quaisquer efeitos.

10 Lei aplicável e Foro

10.1 O presente Contrato de Opção rege-se e será interpretado segundo a Lei Portuguesa.

10.2 Todos os diferendos decorrentes do presente contrato serão resolvidos de acordo com o Regulamento do Tribunal Arbitral do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa / Associação Comercial de Lisboa e da Associação Comercial do Porto / Câmara de Comércio e Indústria do Porto, por um tribunal arbitral composto por três árbitros nomeados nos termos desse Regulamento.

10.3 Na falta de acordo sobre o objecto do litígio, compete ao tribunal arbitral fixar o mesmo, tendo em conta o pedido formulado pela parte demandante e a defesa deduzida pela demandada, incluindo eventuais excepções ou pedidos reconventionais, ou quaisquer outras questões suscitadas nos articulados.

10.4 O tribunal arbitral julga segundo as regras do direito português, não havendo recurso da respectiva decisão.

10.5 No decurso da arbitragem, as partes permanecerão obrigadas ao cumprimento de todas as suas obrigações contratuais.

Feito em Lisboa, aos 4 de Julho de 2006, em dois exemplares, sendo um exemplar destinado a cada um dos Contraentes.

Pela ENTIDADE GESTORA



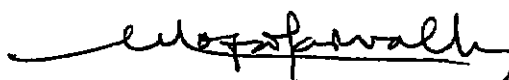
Eduardo Elísio Silva Peralta Feio
Director

7
mlu

Pela OPERADORA



Pedro Rafael Bonifácio Vitor
Presidente do Conselho de Administração



Manuel de Andrade Lopo de Carvalho
Administrador

8
mlh

Anexo I

Lista dos activos e obrigações que integram o Estabelecimento

(Na presente data o Estabelecimento não integra quaisquer activos ou obrigações)